

PENSANDO A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NA GEOGRAFIA: APONTAMENTOS PARA A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL

Luiz Gustavo Bizerra de Lima Moraes

Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela UEPB
luizgustavogeo@hotmail.com

Josandra Araújo Barreto de Melo

Doutora em Recursos Naturais
Professora do Departamento de Geografia, Universidade Estadual da Paraíba
ajosandra@yahoo.com.br

RESUMO

A Geografia nasceu enquanto ciência no século XIX e, desde então, teve na relação entre a sociedade e a natureza o delineamento do seu objeto de estudo. As diferentes visões acerca desse objeto se expressaram através de correntes de pensamento distintas, partindo do determinismo até chegar ao momento atual, em que se verifica uma interação ou uma visão holística, expressa pela um nível maior de complexidade nas relações. Esta nova concepção, mais integradora, nasce diante da necessidade de se pensar formas mais racionais de uso da natureza, em virtude de sua degradação e, ao mesmo tempo, em decorrência dos problemas sociais relacionados a mesma. Através do levantamento bibliográfico acerca da epistemologia da Geografia, pretende-se discutir a gênese da corrente ecológica nesta ciência, assim como, a relevância do paradigma Socioambiental, escopo atual desta linhagem.

Palavras-chave: Meio ambiente e Geografia. Paradigma da Geografia Socioambiental. Visão holística.

THE RELATIONSHIP THINKING SOCIETY IN-NATURE GEOGRAPHY: NOTES FOR ENVIRONMENTAL GEOGRAPHY

ABSTRACT

Geography as a science was born in the nineteenth century and since then has had on the relationship between society and nature of the design of the study object. The different views on this subject is expressed by different currents of thought, from determinism to reach the present moment, where there is an interaction or a holistic view, expressed by a higher level of complexity in relationships. This new design, more inclusive, born before the need to consider ways more rational use of nature, due to its degradation and at the same time as a result of social problems related to it. A bibliographical survey about the epistemology of geography, we intend to discuss the genesis of this current ecological science, as well as the relevance of the Environmental paradigm, the current scope of this lineage.

Keywords: Environment and Geography. Geography Environmental Paradigm. Holistic vision.

INTRODUÇÃO

As distintas reflexões filosóficas que desde o início permearam a ciência geográfica possibilitaram visões multifacetadas quanto a compreensão de seu objeto de estudo, e, concernente a isto, a dualidade que acompanhou durante muito tempo a Geografia: seria a

Recebido em 15/04/2012

Aprovado para publicação em 07/01/2013

mesma uma ciência de domínio dos aspectos físicos, pautada no estudo da natureza, ou humanos, tendo a sociedade como foco?

Tem-se em vista que grande parte das publicações científicas da Geografia foi compreendida na perspectiva desta problemática, existindo muitas delas que dissociavam completamente os elementos sociais dos naturais, principalmente, na fase constituinte desta ciência. Porém, pode-se afirmar que a Geografia dá um salto qualitativo a partir do momento em que compreende em seus estudos, a relação entre a sociedade e natureza.

Segundo Moraes (2007, p. 35) é possível destacar ao menos três visões que levam em conta o contato destas duas dimensões, sendo a primeira expressa no determinismo ambiental, a segunda, na ação do homem como agente transformador do meio e a terceira que visa a “[...] relação entre si, com os dados humanos e os naturais possuindo o mesmo peso”.

As contingências para gênese desse último pensamento, bem como a discussão a cerca de sua relevância para os estudos geográficos, sobretudo no momento atual, caracterizado pela extensão da degradação da vida social e do meio ambiente de modo global são as bases para o desenvolvimento deste trabalho.

Como metodologia de trabalho adotou-se a pesquisa bibliográfica, resultando a mesma da análise de algumas bibliografias acerca da epistemologia do pensamento geográfico, sobretudo as que dão especial destaque para o tratamento da questão ambiental nos estudos geográficos como: Andrade (1994), Moraes (2005), Gonçalves (2006) e Mendonça (2010).

Para melhor elucidação dos objetivos aqui postos o presente trabalho foi dividido em quatro itens: o primeiro foi reservado ao levantamento das questões acerca da gênese do tratamento filosófico das categorias sociedade e natureza no âmbito da Geografia acadêmica. O segundo trata do salto qualitativo alcançado nesta discussão com a introdução do pensamento marxista. O terceiro se deterá ao estudo da linhagem ecológica na Geografia e o quarto e último ponto versará sobre as contingências atuais acerca da questão sociedade e natureza e o surgimento da designação socioambiental dentro da Geografia como proposta inseparável de análise desses elementos.

1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA SOCIEDADE E DA NATUREZA NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A relação entre sociedade e natureza tem sido a proposta que desde o início permeia a Geografia em âmbito acadêmico (MENDONÇA 2010, p. 22-23). No entanto, esta perspectiva tem recebido por parte dos estudiosos, ao longo do tempo, abordagens diferenciadas, hora ou outra colocando um dos aspectos em detrimento do outro. Dessa forma, pode-se afirmar que, no âmbito da Geografia, só a partir do final do século XX é que a sociedade começou a ser, efetivamente, estudada numa perspectiva de inter-relação com a natureza.

O contexto social do século XIX levou o pensamento científico ao positivismo, objetivando-se maior controle sobre a natureza por parte da sociedade, bem como o domínio da razão pura, proposta por Kant. As teorias de *Darwin* vão ser pressupostos para teorias deterministas naturalistas, que tanto vão exaltar a sobreposição do mais forte na natureza, como na sociedade (ANDRADE, 1987, p.49-50).

Segundo Gonçalves (2006, p. 33), as ideias de Descartes contribuíram decisivamente para opor o homem a natureza, esta passa a ser vista como recurso e através do antropocentrismo o homem passa a ser o centro do mundo. Para o mencionado autor, foi entre os séculos XVIII e XIX que a ciência se consolida, trazendo inclusive, a concepção de natureza forjada pela sociedade e, portanto, colocando o homem e natureza em polos distintos (ibidem, p. 37).

Na Geografia, vai se destacar as ideias de Augusto Comte que, através das concepções positivistas da realidade, vai estabelecer, entre os séculos XIX e XX, influência sobre o modo de fazer ciência de modo geral (MENDONÇA, 2010, p. 22).

O primeiro momento do pensamento geográfico, sistematizado por Humboldt e Ritter, mostra este panorama histórico, procurando na evolução humana a relação com os aspectos naturais, bem como maior conhecimento da natureza física para poder sustentar a teoria da evolução

humana (ANDRADE, 1987, p. 52). Ratzel, na mesma linhagem, exaltou a separação dos aspectos humanos dos naturais (MENDONÇA, 2010, p. 25).

Os estudos de Vidal de La Blache vão romper com a visão naturalista e conceber o objeto da Geografia como sendo a relação do homem com a natureza, numa perspectiva em que o primeiro age sobre o segundo para suprir as suas necessidades (RODRIGUES, 2008, p. 82-83). No entanto, o humano e o natural continuam dissociados, não se configurando a análise regional dotada de inter-relação dos fatores (MENDONÇA, 2010, p. 25).

2. A INTRODUÇÃO DA ANÁLISE MARXISTA NA GEOGRAFIA E OS PRIMEIROS APONTAMENTOS PARA A GEOGRAFIA AMBIENTAL

Segundo Andrade (1987, p. 50-51), foi o surgimento dos pensadores materialistas que, “baseados na observação, na análise das estruturas sociais e na evolução da sociedade”, representaram, a partir da dialética, os princípios filosóficos para contestar o positivismo, muito embora o marxismo tenha seu alcance limitado no que concerne a análise dos fenômenos naturais, constituindo um método de domínio dos fenômenos sociais (MORAES 2005, p. 69). Mas, é importante salientar, conforme Mendonça (2001, p. 119), que as análises marxistas não apresentam como eixo temático o estudo da natureza, porém, isto não minimiza a importância de alguns estudos geográficos que tenderam para esta linha de raciocínio.

De forte influência dialética, Élisée Reclus e Piotr Kropotkin, foram defensores de uma ciência geográfica que promovesse a liberdade humana das determinações naturais e sociais, conforme aponta Andrade (1987, p. 57) acerca de Reclus:

Não fazia separação entre geografia física e a humana como a maioria dos seus contemporâneos, mas analisava detalhadamente fatos físicos, procurando assinalar as interações com o processo de ação do homem, da sociedade, e as transformações que ele realizava na natureza para melhor utilizá-la.

Para Mendonça (2010, p. 28), o contexto social-filosófico aplicado à Geografia por Reclus no início do século XX, só conseguiu maior visibilidade a partir dos anos de 1960. Foi a partir desta década, também, que o pensamento geográfico vislumbrou maiores aberturas para o entendimento e discussão das questões ambientais que assolam o Planeta, e concomitante a isto, as questões sociais decorrentes do uso exacerbado dos recursos naturais, sobretudo, pelo processo de expansão (mundialização) do modelo capitalista de produção.

3. A GEOGRAFIA ECOLÓGICA E AS MUDANÇAS NAS PERSPECTIVAS TRADICIONAIS DO ESTUDO DA SOCIEDADE E DO MEIO AMBIENTE: A BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS

Foi Haeckel quem lançou os fundamentos para a estruturação da Ecologia. Os geógrafos conhecem o termo e empregam-no, mas, foi só no fim do século XIX que se realizaram estudos sólidos (CLAVAL, 2011, p. 132).

Conforme Rodrigues (2008), do surgimento da ciência geográfica até a década de 1970, a Geografia se pautava na relação homem-natureza tendo-se em vista apenas dois focos: “a natureza era determinante ou possibilidade às ações do homem”. O contexto do capitalismo não vislumbrou preocupar-se com a escassez dos recursos,

Já a partir da década de 1970 até os dias atuais, o enfoque do estudo geográfico tem sido a relação sociedade-natureza (homem-homem e homem-natureza), considerando-se um processo de interação entre ambas, em que há o discurso da necessidade do desenvolvimento sustentável do meio ambiente (RODRIGUES, 2008, p. 117.).

Há uma máxima entre os geógrafos da corrente ecológica para a preservação da natureza, bem como, concepções contrárias a política desenvolvimentista despreocupada com as causas ambientais e a implantação de indústrias que venham a provocar a degradação do meio ambiente e da vida humana (ANDRADE, 1987, p. 121).

Percebe-se nitidamente que os estudos geográficos dão um salto qualitativo a partir do redimensionamento das questões sociais e ambientais, tomadas de forma inter-relacionadas. A

Geografia deixa de estar arrolada em princípios determinantes ou possibilistas como se fez em suas primeiras abordagens.

De acordo com Claval (2011, p. 138), “O evolucionismo coloca a tônica sobre o estudo do meio e sobre a influência que o ambiente exerce sobre os homens. Mas os geógrafos não podem deixar de se voltar também para as mudanças que as sociedades impõem ao ambiente”. Santos (1988, p. 88) sintetiza bem esta questão ao afirmar que: “Relação entre o homem e seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto a natureza”.

Segundo Andrade (1987, p. 116) a segunda metade da década de 1970 foi marcada pela preocupação, por parte dos geógrafos, em relação aos impactos da atividade industrial sobre a natureza e a sociedade, impactos estes, ocasionados pela busca de lucro de forma exacerbada, ocasionando a intensificação da exploração dos recursos naturais.

A preocupação com os problemas ambientais ocorreu, sobretudo, por parte dos estudiosos da Geografia física, os quais, aplicando os conhecimentos específicos desta área, desenvolveram estudos acerca dos impactos aos elementos naturais, dentre os quais, merecem destaque Jean Tricart e Paskoff (ANDRADE, 1987, p.119).

Mendonça (2001, p. 125) aponta que, a busca para superar o positivismo fez com que surgissem propostas que visassem a interação de métodos não só da ciência geográfica, mas também de outras disciplinas em um mesmo estudo. O estudo do meio ambiente, dessa forma, ganhou na Geografia física, perspectivas globais: “perspectiva vertical (ecossistema) e horizontal (geossistema) (...) abrangendo também as atividades humanas enquanto fator da dinâmica da paisagem”. Assim destacam-se os estudos de Sotchava (geossistema), sendo melhorados por Georges Bertrand, e de Jean Tricart (ecodinâmica e ecogeografia).

No Brasil, a influência da escola geográfica francesa possibilitou um grande desenvolvimento. Na temática ambiental, apontou-se para uma concepção de inter-relação da sociedade com a natureza, constituída a passo durante as décadas de 1970 e 1980 (MENDONÇA, 2010, p. 62).

4. AS MUDANÇAS NO CONTEXTO HISTÓRICO EXIGEM NOVOS RUMOS: SITUANDO A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL

O conceito de meio ambiente foi historicamente marcado por princípios naturalistas, resultado de uma concepção cultural que estabeleceu a sociedade na condição de agente/ fator. Fato que “inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural” constitui na atualidade um grande desafio (MENDONÇA, 2001, p. 116).

O tratamento da questão ambiental, tendo-se em vista inserir a sociedade numa concepção de componente/sujeito é resultado de um momento histórico caracterizado por profundas alterações na natureza, no modo de vida da sociedade e no modo de conceber as relações entre os homens e, destes, com a natureza.

Como contingências para a eclosão dos movimentos sociais preocupados com o meio ambiente na segunda metade do século XX, Mendonça (2010), aponta que as mais importantes são: a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo, a explosão demográfica, seca/fome/desertificação na África, movimentos sociais gerais e o salto qualitativo da geografia.

De acordo com Gonçalves (2006, p. 12):

Sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agriculturáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder, entre outras. Não há, praticamente, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar.

Pode-se perceber que o movimento ecológico ascende num contexto histórico, social, político, econômico, cultural e ambiental marcado por conflitos que põem em evidência o modo como o ser humano se relaciona com a natureza e com seus semelhantes, quase sempre de modo a

constatar a interferência nociva ao meio ambiente e como efeito a depreciação da qualidade de vida da sociedade, resultante de formas irracionais de conceber a vida.

No entanto, é importante salientar que “não são os homens enquanto categoria genérica que estão destruindo a natureza, mas sim o homem sob determinadas formas de organização social, no seio de uma cultura” (GONÇALVES, 2006, p. 75).

A organização da sociedade contemporânea não só reflete os princípios básicos, mas é também resultado da evolução da sociedade forjada a luz do processo capitalista. De acordo com Gonçalves (op. cit., p. 103):

Com o advento da sociedade capitalista nos fins do século XVIII, a ciência e a técnica passaram a assumir um lugar central na vida dos homens. A idéia (sic) de progresso é associada à industrialização, um dos sinônimos de modernização. É a técnica, acredita-se que tornará possível menores custos de produção, maior qualidade de produtos num mesmo tempo de trabalho, eis a palavra-chave!

As problemáticas ambientais resultante deste modelo de desenvolvimento da sociedade levaram ao surgimento de movimentos sociais preocupados com a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente. No final do século XX estes movimentos atingiram maior visibilidade e objetivaram suplantam o modelo idealizado dois séculos antes, pois, teve-se em vista que, as mudanças a que se pretendia realizar a evolução das técnicas tomaram caminhos opostos ao que grande parte da sociedade esperava.

Consonante a isto se teve o exemplo a Revolução Verde que, vislumbrando a seleção de sementes mais produtivas e de técnicas de manejo da terra, anunciou-se como ferramenta para extinguir a fome, quando na verdade, verificou-se o inverso, além de tornar os ecossistemas mais vulneráveis e aumentar a concentração de terras nos países e regiões onde se efetuou (GONÇALVES, 2006, p. 123).

Segundo Mendonça (2010, p. 46) a Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente realizada em 1972, em Estocolmo, foi a primeira tentativa de se ter em âmbito global a resolução dos problemas ambientais, além de ressaltar os altos níveis de poluição da biosfera.

De acordo com Moraes (2005, p. 114) foi a partir deste evento que a questão acerca do meio ambiente passou a ter fôros (sic) de problema diplomático, econômico e estratégico. Passou-se, a partir de então, para uma argumentação cada vez mais ecológica-econômica. Como resultado, a ONU criou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente, que resultou num relatório o qual “dá grande espaço para a discussão da questão da pobreza e introduz o conceito de desenvolvimento sustentável”.

Este conceito surge a partir de um relatório desenvolvido durante a “Rio 92” o qual foi intitulado de “Nosso Futuro Comum”, estabelecendo o desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BARBOSA, 2008, p. 64).

Os estudos geográficos concernentes a análise das relações socioambientais teve um grande avanço a partir da ocorrência da Segunda Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente ocorrida no Brasil, no ano de 1992.

Para Mendonça (2001, p. 117) este evento foi responsável pela evolução do conceito de meio ambiente, pois, se redimensionou as concepções relativas a este, gerando “novos elementos que resultaram em novas maneiras de se conceber os problemas ambientais”.

Como fator decisivo para a escolha do local do evento (o Brasil), Gonçalves (2010, p. 47), destaca a deterioração das relações sociais e as relações de dependência que se estabelecia entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que confluíam diretamente para prejudicar ao mesmo tempo a vida do homem e à natureza.

A perspectiva da análise interacional da sociedade com a natureza, enfocando as condições de vida do homem como elemento de degradação da natureza, evidenciado na Segunda Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, era o que faltava para se avançar na constituição de um novo paradigma para a Geografia. No entanto, para se entender melhor esta nova abordagem se faz necessário adentrar na constituição da linhagem ecológica no

Brasil, fazer um resgate histórico das condições socioambientais que constituíram os movimentos sociais que se preocuparam com as condições do meio ambiente.

Tendo-se em vista que o Brasil foi constituído a partir da instalação do colonizador, sobre o padrão extensivo em âmbito territorial e intensivo na exploração dos recursos naturais, visto assim pelos colonizadores apenas como meio de exploração de riquezas (MORAES, 2005, P. 15). Dessa forma, o território foi construído para e a partir dos interesses externos, não se levou em conta desse modo, os interesses da população (grupos não abastados), mas, dos grupos dominantes, econômica e politicamente (ANDRADE, 1994, p.32).

Ainda ressalta Andrade (op. cit., p. 37), que a história do Brasil foi forjada sob a perspectiva da destruição da vegetação natural, degradação das águas, destruição dos solos e a degradação do homem. Tendo-se as Caatingas nordestinas, enfrentado graves problemas decorrentes desse processo.

O movimento ecológico, iniciado no Brasil, vai de forma direta ou indireta, ser o reflexo desse processo histórico. Culminou na década de 1970 como forma de rever os problemas que se agravavam, ambiental e socialmente, diante de uma atmosfera mundialmente favorável a discussão dessas temáticas.

A partir dos anos 1980 e 1990, avançou-se no tratamento da questão ambiental, o enfoque meramente ecológico (vertente naturalista), deu espaço para a abordagem centrada no ambiente, tornando a sociedade e a natureza duas partes de uma interação dialética (MENDONÇA, 2001, p. 122)

Tanto no Brasil, como na América Latina a questão ambiental terá sua gênese na questão democrática, constituindo o desafio: “o uso racional dos recursos, o respeito pelo patrimônio natural nacional, políticas territoriais não dilapidadoras, tudo passa pelo controle que a sociedade exerce sobre o Estado” (MORAES, 2005, P. 42).

A década de 1970 foi, para o Brasil, um marco para o início do movimento ecológico. O modelo político e econômico vivenciado constituía uma manifestação de uma visão preconceituosa em relação ao povo, pregando o despreparo deste e propondo a superação através de medidas que visassem o desenvolvimento, numa nítida despreocupação com a natureza onde a máxima era que, “a pior poluição era a miséria” (GONÇALVES, 2006, p. 13-15).

Andrade (1994, p. 43) aponta várias políticas de âmbito governamental desse período, bem como suas consequências para o meio ambiente. A crítica estabelecida a partir dessas análises o leva a afirmar que:

Qualquer programa de melhoramento da qualidade de vida no país e de procura de uma modernidade sincera deveria iniciar-se por uma política de distribuição de renda e de atendimento social à população. Política que deveria ser desenvolvida pelo Estado, com controle da economia e vocação para o social.

A grande verdade é que o país não vislumbrou esse patamar democrático. Os atores políticos não se mostraram simpáticos à formas mais sociais de gerir o território, levando-se em conta a qualidade de vida da população, algo que, necessariamente, passaria por melhores formas de gerir o meio ambiente. Conforme Mendonça (2010, p. 71), “É preciso, primeiramente, resgatar o mínimo necessário à sobrevivência de cada um e a condição de cidadania, absurdamente seqüestrada (sic) por uma minoria hereditariamente no poder”.

Continuou-se a máxima histórica de dominação da natureza, arraigada nas relações sociais verticais. Conforme Gonçalves (2006, p. 42-43), “(...) historicamente a dominação da natureza tem sido, via de regra, a história da dominação do homem pelo homem (...)”. Dessa forma, tem-se em vista que: a harmonia com a natureza passa pela harmonia entre os homens (op. cit., p. 22).

Segundo Rodrigues (2008, p. 119):

É importante destacar que grande parte da população do mundo ainda vive em condição de pobreza e fome, sem acesso a água tratada e habitação, especialmente nos países subdesenvolvidos. A maioria dos governantes e empresários acredita que o crescimento econômico é a solução para eliminar ou reduzir as desigualdades entre os indivíduos e países. Mas o problema

que se tem verificado é que o crescimento econômico mundial tem sido acompanhado pela degradação do meio ambiente, fome e pobreza.

Tais problemas globais, de ordem econômica, social e ambiental, têm levado os estudiosos, principalmente geógrafos, preocupados com a dinâmica relação entre a sociedade e a natureza, a repensarem os velhos paradigmas acerca desta questão. Na atualidade é cada vez mais premente a inter-relação dos aspectos sociais aos ambientais. Segundo Mendonça (2001, p. 117):

Observa-se assim, na atualidade, diante de tão importante desafio, uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo socioambiental, pois tornou-se muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente, sobretudo no que concerne a países em estágio de desenvolvimento complexo.

Conforme aponta Mendonça (op. cit., p. 124), a geografia socioambiental é um designo para a geografia ambiental, a qual, diferentemente da geografia ecológica, de cunho naturalista, “toma a natureza e a sociedade em mesma perspectiva, sendo o socioambiental empregado para evidenciar esta visão”.

Tem-se em vista aqui, que este tipo de abordagem se faz rica diante das dimensões de enfoque que possibilita, estando caracterizada, conforme ressalta Moraes (1994, p. 47), por uma diversidade de métodos. Assim evidenciando, nas palavras de Mendonça (2001, p. 126), uma perspectiva multi e interdisciplinar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões filosóficas acerca da relação sociedade (homem)-natureza do início do século XIX para o início do século XXI tiveram um salto quantitativo e qualitativo amplo. A abertura metodológica promovida, bem como, a mudança do contexto socioeconômico, principalmente, com o advento das revoluções tecnológicas, tem proporcionado novos desafios para o pensamento geográfico em escala global.

Observa-se que a degradação da vida ambiental e social, resultante de um modelo de desenvolvimento perverso, vem instigando a ciência de modo geral, objetivando encontrar um ponto comum de racionalização do modelo socioeconômico vigente, problemática esta, estabelecida na relação dinâmica entre a sociedade e a natureza.

O arcabouço teórico metodológico da Geografia Socioambiental vislumbra análise da inter-relação da sociedade com a natureza e tem como proposta para equacionamento das questões resultante desta inter-relação, a convivência harmônica entre ambas. Para tanto, acredita-se que é necessário repensar a própria relação existente entre os homens, como forma de garantia para um mundo mais igualitário.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **O desafio ecológico: utopia e realidade**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. Atlas, 1987.

BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, Rio de Janeiro, v. 1, n.4, p. 63-72, Janeiro-Junho 2008.

CLAVAL, Paul. Tradução: PIMENTA, Margaret Castro afeche; PIMENTA, Joana Afeche. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Geografia socioambiental. In: **Terra Livre**, 2011, São Paulo, n. 16, p. 113-132, 1º semestre, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Geografia**: Pequena história crítica. 21ª ed. – São Paulo: Annablume, 2007.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia**: introdução à ciência geográfica. São Paulo: Avercamp, 2008.